



RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto é apresentado o relatório referente ao 4.º trimestre de 2016.

O relatório está estruturado de modo a que se obtenha, de forma direta, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 4.º trimestre de 2016 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Comparação do orçamento vs execução 4.º trimestre de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamentado	Realizado	Desvio
Vendas e serviços prestados	3 058 780,94	3 210 178,80	151 397,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-129 362,00	-148 274,23	-18 912,23
Fornecimentos e serviços externos	-2 120 868,85	-1 934 480,22	186 388,63
Gastos com pessoal	-361 890,43	-342 751,47	19 138,96
Provisões	0,00	-73 150,00	-73 150,00
Outros rendimentos	72 913,46	143 656,44	70 742,98
Outros gastos	-74 289,36	-173 838,54	-99 549,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	445 283,76	681 340,78	236 057,02
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-396 071,11	-366 886,73	29 184,38
Imparidade de investimentos deprecíveis/mortizáveis (perdas/reversão)	0,00	-25 000,00	-25 000,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	49 212,65	289 454,05	240 241,40
Juros e gastos similares suportados	-6 668,84	-5 231,11	1 437,73
Resultado antes de impostos	42 543,81	284 222,94	241 679,13
Impostos sobre o rendimento do período	-9 572,36	-113 128,60	-103 556,24
Resultado líquido do período	32 971,45	171 094,34	138 122,89

Iniciando a análise com a rubrica de Rendimentos foram orçamentados para o período em análise 3.131.694 € e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu 3.353.835 €, existindo um acréscimo de 222.141 €.

A rubrica das Vendas apresenta um decréscimo face ao orçamentado em 111.597 €, o que contribuiu para este decréscimo foi a venda de energia à EDP, que apresenta um decréscimo

Handwritten signature

de 320.570 € face ao orçamentado. Tendo em conta que aquando da realização dos instrumentos de gestão previsional previa-se, para além da continuidade da produção de energia que esta fosse crescente, no entanto ambas as situações não se verificaram. Uma vez que a empresa que explorava a central de valorização energética abandonou a mesma em dezembro de 2015, a Ecoleziria após ter realizado todas as diligencias possíveis para conseguir recuperar a perda de rendimentos associados à situação descrita, apenas em março conseguiu voltar a injetar energia na rede, mas em quantidades muito baixas. No entanto em agosto de 2016 foram realizados 14 novos poços de biogás o que até ao final do ano já permitiu uma ligeira recuperação na injeção de energia na rede.

Por outro lado, nas vendas salienta-se o acréscimo dos valores referentes ao encaminhamento de material reciclável, em especial no que se refere ao papel/cartão e embalagens, que no final deste trimestre apresenta um acréscimo de 208.973 €.

No quadro seguinte pode-se verificar a situação das vendas e prestações de serviços neste trimestre quando comparado com o orçamentado para o 4.º trimestre de 2016:

Detalhe das Vendas e Prestações de Serviços	Orçamentado	Realizado	Desvio
Vendas	735 170 €	623 573 €	-111 597 €
Venda de energia	412 835 €	92 265 €	-320 570 €
Material reciclavel	322 335 €	531 308 €	208 973 €
Prestações de Serviços	2 276 119 €	2 586 606 €	310 487 €
RSU Indiferenciado	2 200 000 €	2 436 854 €	236 854 €
Recolha de vidrões	3 519 €	3 377 €	-141 €
Taxa de Gestão de Resíduos	72 600 €	146 375 €	73 775 €

Nas prestações de serviços existe um acréscimo 310.487 €, tendo o principal desvio ocorrido na rubrica de RSU indiferenciado. Apesar de se assistir a um decréscimo nas toneladas entregues pelos Municípios neste ano em 747 toneladas, esta rubrica aumentou por influencia do aumento de tarifa nos meses de novembro e dezembro. Na sequência do relatório do 3.º trimestre apontar para um resultado negativo, foi decisão da Administração tomar medidas extraordinárias que invertessem esta situação. Assim no mês de novembro houve um aumento extraordinário de 12,50 €/tonelada e no mês de dezembro um aumento extraordinário de 60,00 €/tonelada. A recolha de vidrões estava orçamentada em 3.519 € e na realidade ascendeu a 3.377 €, o que evidencia um decréscimo 141 €. Salienta-se o aumento da Taxa de Gestão de Resíduos que apresenta um acréscimo de 73.775 € face ao orçamentado, esta situação ocorre porque aquando da realização do orçamento esta rubrica foi orçamentada com a taxa de

Handwritten mark

4
JMJ

gestão de resíduos a incidir sobre 20% das toneladas, no entanto para o período em análise incidiu sobre 40% das toneladas.

A rubrica de outros rendimentos apresenta um acréscimo de 70.743 €, influenciado pelo recebimento de juros de mora por parte do Município do Cartaxo que não estavam orçamentados e que até ao final do período em análise ascendem a 27.013 €.

Também se verifica um aumento na imputação de subsídios, salientando-se o subsídio para a CVE para o qual, após realização de auditoria, foi apurada a comparticipação de 26,15%. Assim, a imputação do subsídio na parte proporcional das depreciações do exercício, que para o período em análise foi de 41.938 €. Também a candidatura de Optimização de recolha selectiva foi encerrada tendo sido imputados neste período os 5% restantes, no montante de 36.750 €.

Quanto aos gastos estavam orçamentados 3.089.151 € para o ano de 2016 e na realidade a totalidade destas rubricas ascende a 3.069.612 €, o que evidencia um decréscimo de 19.539 €.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um acréscimo de 18.912 € face ao orçamentado, este aumento deriva da aquisição de tampas de plástico que estava orçamentada em 19.000 € e ascendeu a 34.165 €, já em relação ao gasóleo houve um acréscimo de 3.748 € face ao orçamentado.

Os fornecimentos e serviços externos foram orçamentados em 2.120.869 € e na realidade verificaram-se para o período em análise 1.934.480 €, a que corresponde um decréscimo de 186.389 €, no quadro seguinte pode-se observar os principais desvios ocorridos:

9

Descrição	Orçamentado	Real	Desvio
<u>Trabalhos Especializados:</u>			
Transporte e Tratamento de RSU	1 314 500,00	1 245 172,80	-69 327,20
Monitorização e Caracterização	7 374,14	9 426,04	2 051,90
Tratamento de lixiviado	156 403,00	146 983,50	-9 419,50
Outros	180 644,94	252 652,13	72 007,19
Publicidade e Propaganda (Campanhas sensibilização)	1 814,03	1 981,57	167,54
Vigilância e Segurança	22 750,56	23 377,05	626,49
Honorários	24 218,80	2 618,80	-21 600,00
<u>Conservação e Reparação:</u>			
Equipamento Básico	16 150,98	22 175,04	6 024,06
Equipamento de Transporte	26 777,14	46 481,71	19 704,57
Equipamento Administrativo	744,30	2 356,78	1 612,48
Pneumáticos	20 699,00	27 167,74	6 468,74
Instalações	15 689,39	12 849,49	-2 839,90
Ferramentas e Utensílios	2 814,24	4 025,42	1 211,18
Material de escritório	4 120,40	6 438,69	2 318,29
<u>Energia e Fluidos</u>			
Electricidade	16 388,72	38 677,70	22 288,98
Combustíveis	2 381,08	3 408,72	1 027,64
Água	998,78	1 277,08	278,30
Óleos e lubrificantes	2 044,36	8 168,28	6 123,92
Comparticipação Energia CVE	247 701,17	23 083,39	-224 617,78
Deslocações e Estadas	1 640,78	4 262,95	2 622,17
<u>Rendas e Aluguers</u>			
Imoveis	4 000,00	4 000,00	0,00
Equipamento	873,00	990,92	117,92
Viaturas	6 487,32	6 487,32	0,00
Comunicação	3 422,64	3 257,01	-165,63
Seguros	29 666,00	27 184,08	-2 481,92
Contencioso e Notariado	497,56	1 285,28	787,72
Limpeza Higiene e Conforto	5 990,52	5 159,87	-830,65
Outros Serviços	4 076,00	3 530,86	-545,14
TOTAL	2 120 868,85	1 934 480,22	-186 388,63

O decréscimo que mais se salienta é na participação na venda de energia à EDP produzida na Central de Valorização energética, que apresenta um decréscimo de 224.618 €.

Após ter contratado nova empresa para a exploração da CVE, só a partir de março foi possível voltar a injetar energia na rede, mas ainda por valores muito baixos. Também a percentagem

AM th

de participação que é paga ao fornecedor é inferior ao que era anteriormente, atualmente a participação é de 0,025 € por cada Kvw injetado na rede, no entanto aquando da realização do orçamento para 2016 a percentagem de referência ainda eram os 60%.

O transporte e tratamento de RSU indiferenciado também apresenta um decréscimo de 69.327 € face ao orçamentado, em virtude do decréscimo das toneladas entregues para tratamento pelos Municípios, uma vez que o valor de 23,90 €/tonelada para o transporte e tratamento se mantém.

A rubrica gastos com o pessoal apresenta um decréscimo de 19.139 € derivado de terem existido algumas baixas quer médicas, quer de seguro e também por estar um funcionário de licença sem vencimento de setembro.

Foi constituída uma provisão para o processo judicial que decorre no Tribunal Judicial de Benavente (Processo n.º 814/11.6TBBNV), relativo ao terreno onde se situa a Estação de Transferência de Salvaterra de Magos. Dado que já foi proferido o resultado da 1.ª perícia ao terreno e que a mesma aponta para o valor 1900 €/mensais e tendo em conta que o Município de Salvaterra de Magos também é réu no processo, considerou-se 50% do valor, ou seja, 950,00€/mensais, desde agosto de 2010 até dezembro de 2016, no valor de 73.150 €.

Foi criada uma imparidade no valor de 25.000 € para ativos intangíveis, relacionada com a aquisição do PIP (aumento de potência de 1MW para a CVE) às empresas RESILEI e RIMA. Após se ter verificado que este aumento não seria necessário, por não se ter realizado uma nova célula no aterro, a Empresa questionou a DGEG sobre a transferência para outra Empresa que, entretanto, se mostrou interessada. A resposta da DGEG foi de que esta licença já caducou em virtude de não ter sido utilizada nos quatro meses seguintes. Assim, optou a Ecoliziria por refletir nas contas deste ano a imparidade sobre este ativo intangível.

A rubrica de outros gastos apresenta um acréscimo de 99.549 €, influenciado pelo aumento da taxa de gestão de resíduos, que tal como referido na rubrica de prestações de serviços, foi orçamentada incidindo sobre 20% das toneladas e o praticado no final deste trimestre foi sobre 40% das toneladas.

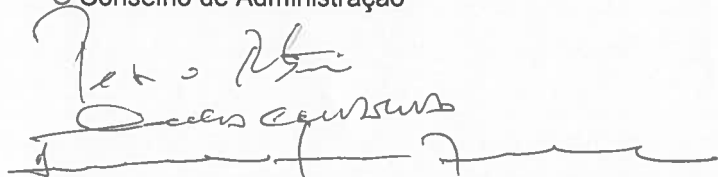
É ainda de referir, que o imposto sobre o rendimento está influenciado pela imputação do subsídio do POSEUR para a central de valorização energética, cujos valores proporcionais das depreciações respeitantes aos exercícios de 2011 a 2015 ainda não tinham sido imputados, por não se conhecer o desfecho da operação, sobre a eventual participação ou não neste projecto. No entanto uma vez que após auditoria ao processo foi comunicado à Empresa que a taxa de participação neste projeto seria de 26,15%, foi então reconhecido o subsídio. O montante de subsídio de exercícios anteriores gerou uma variação patrimonial positiva 171.741 €, que influenciou o cálculo do imposto em 38.642 €.

→

Assim, o Resultado Líquido do Período no final de 2016 foi positivo em 171.094 €, evidenciando um decréscimo de 138.123 € face ao orçamentado, a margem líquida estava orçamentada em 1,08% e fixou-se no final de 2016 em 5,33%.

Almeirim, 7 de abril de 2017

O Conselho de Administração



O CC (Alda Margarida Rodrigues Caetano Marques n.º 68.270)

Alda
cc n.º 68270